

Controle de tuberculose nas prisões brasileiras: novas abordagens para um antigo problema

Importante superpopulação, crescentes taxas de ocupação, que no país alcançam 150% da capacidade prevista chegando a 300%, celas mal ventiladas e sem iluminação solar, alta prevalência de HIV... são muitas as razões para que a tuberculose (TB) represente um urgente problema para as pessoas privadas de liberdade (PPL). Em alguns estados, a taxa de incidência de TB entre as PPL chega a ser 35 vezes superior à da população geral!

Para enfrentar esse flagelo e assegurar às PPL o direito à saúde, os profissionais de saúde que atuam nas prisões são pouco numerosos, mal remunerados, com contratos de trabalho precários e grande rotatividade. Os programas de controle da TB e HIV/AIDS, quando existem, são freqüentemente verticais e prescritivos, em detrimento de uma abordagem global da saúde. São também mal inseridos nas redes de saúde extramuros que, em alguns locais, estabelecem cotas para o sistema penitenciário, limitando o acesso à baciloscopia. A integração saúde e justiça nos diferentes níveis de governo e sua articulação com as organizações da sociedade civil ainda é insuficiente. O controle social dos serviços de saúde nas prisões está mal definido.

Apesar disso, alguns elementos positivos têm aparecido sob a égide dos Ministérios da Saúde (MS) – PNCT, PN AIDS e Área Técnica de Saúde no Sistema Penitenciário – e da Justiça (MJ), e do Projeto Fundo Global (FG). Ações para controle da TB nas prisões estão sendo implementadas: reforço da detecção passiva, implantação da detecção ativa, especialmente entre ingressos, melhor supervisão do tratamento e conscientização das PPL, de seus familiares e do pessoal penitenciário. Em vários estados, a capacidade de diagnóstico foi reforçada com a criação de laboratórios intramuros, sob o controle técnico de laboratórios de referência, para responder à alta demanda de baciloscopia. A sustentabilidade desses laboratórios vem sendo assegurada por estados ou municípios que, em alguns locais, têm disponibilizado técnicos em tempo parcial. Pela primeira vez, o manual técnico do MS destinou um capítulo ao controle da TB nas prisões. Um curso de saúde no sistema penitenciário está sendo elaborado para que gestores e profissionais de saúde possam melhor adequar suas práticas às especificidades do contexto carcerário. Projetos de pesquisa vêm sendo desenvolvidos nesse campo, fornecendo bases científicas e técnicas às instâncias decisórias, inclusive um programa de iniciativa do FG em parceria com o Departamento Penitenciário do MJ e MS, que busca estabelecer diretrizes para construção e reforma de prisões que levem em conta os imperativos sanitários. Finalmente, a superpopulação das prisões é atualmente considerada como um problema que requer soluções urgentes. No que se refere à TB e HIV/AIDS, reuniões regionais recentemente realizadas por iniciativa do MS, MJ, FG e ONUDC devem permitir melhor organizar o controle destas endemias nas prisões e inscrevê-las na agenda das políticas públicas. Essas atividades articulam-se com a revisão em curso do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. No entanto, é preciso insistir, o atendimento das necessidades mínimas das PPL está longe de ser alcançado. São necessários importantes investimentos em recursos humanos e financeiros para assegurar aos 473 mil brasileiros privados de liberdade o acesso à saúde, não como privilégio ou por compaixão, mas como um direito constitucional.

Alexandra Roma Sánchez

Programa de Controle da Tuberculose, Coordenação de Gestão em Saúde Penitenciária, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; Assessora Técnica do Projeto Fundo Global TB-Brasil.

Bernard Larouzé

Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.

Vilma Diuana

Programa de Controle da Tuberculose, Coordenação de Gestão em Saúde Penitenciária, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.